



# MUNICÍPIO DE MONTEIRO LOBATO

## ESTADO DE SÃO PAULO

**LEI N.º 2.041, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025**

*“Institui o Sistema Municipal de Política Cultural de Monteiro Lobato - SP, que integra o Sistema Nacional de Cultura – SNC, o Fundo Municipal de Cultura e dá outras providências”*

**EDMAR JOSÉ DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal do Município de Monteiro Lobato, Estado de São Paulo, usando das atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

### **CAPITULO I**

#### **DO SISTEMA MUNICIPAL DE POLITICA CULTURAL**

#### **Seção I**

##### **Disposições Gerais**

**Art. 1º-** Fica instituído o Sistema Municipal de Política Cultural de Monteiro Lobato - SP, que integra o Sistema Nacional de Cultura – SNC, como articulador das políticas públicas de cultura, ao estabelecer a gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil, com finalidade de promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais.

**Art. 2º-** O Sistema Municipal de Política Cultural – SMPC – observará os seguintes princípios:

- I – Reconhecimento e valorização da diversidade cultural e das expressões culturais do Município;
- II – Universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- III – Fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- IV – Cooperação entre agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- V- Integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VI – Complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- VII – Cultura como política pública transversal e qualificadora do desenvolvimento;
- VIII – Autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- IX – Transparência e compartilhamento das informações;
- X – Democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- XI – Descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
- XII – Ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura;



## MUNICÍPIO DE MONTEIRO LOBATO

### ESTADO DE SÃO PAULO

- XIII – Cultura como direito e valor simbólico, econômico e de cidadania;  
XIV – Liberdade de criação e expressão como elementos indissociáveis do desenvolvimento cultural;

#### **Art. 3º** - São diretrizes do Sistema Municipal de Política Cultural:

- I – A integração da população por meio da criação, produção e fruição dos bens culturais.  
II – A implementação de programas de formação e estímulo à criação, fruição e participação na vida cultural, com especial atenção a crianças, adolescentes e jovens, membros da terceira idade e pessoas com deficiência.  
III – A descentralização de orçamentos, equipamentos, serviços e ações.  
IV – O apoio a movimentos e manifestações culturais que contribuam para a qualidade da vida cultural e pluralidade no Município de Monteiro Lobato.  
V – O apoio a manifestações institucionais ou não, vinculadas à cultura popular, grupos étnicos e outros que contribuam para a construção da cultura da paz e de uma sociedade solidária; atentar para as regras de ações afirmativas e medidas de acessibilidades relacionadas à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.  
VI – A criação e o estímulo a processos de participação cultural e de formação de uma cultura cidadã.

#### **Art. 4º** - São objetivos gerais do Sistema Municipal de Política Cultural:

- I – Estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;  
II – Assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distribuídos nos bairros do município;  
III – Articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município;  
IV – Promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;  
V – Criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Política Cultural – SMPC;  
VI – Estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

#### **Art. 5º** - São objetivos específicos do Sistema Municipal de Política Cultural:

- I – Contribuir para o fortalecimento, difusão e ampliação da identidade cultural no Município de Monteiro Lobato;  
II – Fomentar a produção e universalizar o acesso à produção e fruição de bens e atividades culturais, especialmente na perspectiva da inclusão da população de baixa renda;





## MUNICÍPIO DE MONTEIRO LOBATO

### ESTADO DE SÃO PAULO

IV – Garantir para todos o acesso a espaços culturais, com infraestrutura adequada, implementação de oficinas e instrumentos necessários à criação e produção cultural;

V – Democratizar a gestão da cultura, estimulando a participação dos segmentos responsáveis pela criação e produção cultural nos processos decisórios, garantindo a formação e informação cultural do cidadão;

VI – Criar o Conselho Municipal de Política Cultural com a participação dos diversos segmentos representados e responsáveis pela criação cultural no município;

VII – Assegurar o pleno funcionamento de equipamentos e serviços culturais municipais;

VIII – Construir políticas públicas de cultura, as quais fomentem a produção cultural, por meio da participação no Conselho Municipal de Política Cultural e da participação em oficinas;

IX – Integrar a política cultural ao conjunto das políticas públicas voltadas para a inclusão social, preservação ambiental e da memória, fortalecimento da economia local, do turismo e promoção do direito à educação, da saúde mental e do bem-estar;

X – Fortalecer a economia da cultura e apoiar manifestações culturais que se situam à margem da indústria cultural e dos meios de comunicação, mantendo as raízes culturais e reconhecendo seu valor;

XI – Promover o aperfeiçoamento e a valorização dos profissionais da área de cultura, por meio de exposições, conferências, mostras, feiras, etc.

XII – Propor a criação e aperfeiçoamento de leis, instituições e mecanismos destinados ao financiamento e fomento à cultura;

XIII – Incentivar a cultura popular, afro-brasileira, de povos originários e contemporânea, desenvolvida diretamente pela comunidade.

#### **Art. 6º** - São ações no campo do Sistema Municipal de Política Cultural:

I – Elaborar o Plano Municipal de Cultura em conjunto com representações da sociedade civil e outros setores do governo;

II – Apoiar e participar da Conferência Municipal da Cultura envolvendo todos os segmentos culturais do Município;

III – Organizar e manter ativo o Conselho Municipal de Política Cultural, com a participação de todos os segmentos culturais do Município;

IV – Garantir a inserção da política cultural no processo de orçamento participativo;

V – Estimular a ocupação cultural dos espaços públicos da cidade;

VI – Desenvolver, cuidar, recuperar e revitalizar os equipamentos culturais da cidade;

VII – Construir nos diferentes territórios a ação cultural descentralizada, conjuntamente com movimentos sociais e agentes culturais;

VIII – Implantar unidades culturais nas regiões menos providas de recursos;

IX – Utilizar os equipamentos municipais como espaços e mecanismos de descentralização e inclusão cultural;

X – Promover a realização de mostras culturais que contemplem diferentes linguagens;



# MUNICÍPIO DE MONTEIRO LOBATO

## ESTADO DE SÃO PAULO

- XI – Ampliar o número de bibliotecas na rede municipal e implantar sistema de atualização permanente de seus acervos;
- XII – Criar sistemas de identificação de bens tombados e áreas históricas;
- XIII – Formar e ampliar público para diferentes linguagens, possibilitando acesso a produções do repertório brasileiro e internacional;
- XIV – Inventariar e conservar o patrimônio histórico e cultural material e imaterial do município;
- XV – Informar e orientar a população sobre patrimônio artístico, arquitetônico e cultural, incentivando assim sua fruição e preservação;
- XVI – Revitalizar edifícios de interesse histórico, por meio de utilização, para sua finalidade adequada à sua preservação e valorização;
- XVII - Preservar, atualizar, ampliar e divulgar a documentação e os acervos que constituem o patrimônio cultural do Município.
- XVIII – Trabalhar, em conjunto com as comunidades escolares, visando desenvolver programas de artes, da cultura, da cultura da paz e da solidariedade;
- XIX – Desenvolver a integração com outros Conselhos, para a produção de projetos culturais que resgatem a dignidade e valorizem o papel do idoso na sociedade;
- XX – Desenvolver projetos e iniciativas culturais que promovam a cultura e história afro-brasileira e de povos originários, bem como valorizem a produção cultural da população negra e indígena.
- XXI - Estabelecer o mapeamento cultural com a contagem de equipamentos culturais públicos e privados no município, bem como sua atualização.

### **Seção II**

#### **Da Estrutura**

**Art. 7º** - O Sistema Municipal de Política Cultural – SMPC – é integrado pelas seguintes instâncias e instrumentos:

- I – Instância de coordenação, exercida pela Secretaria Municipal de Cultura.
- II – Conselho Municipal de Política Cultural;
- III – Conferência Municipal de Cultura;
- IV – Plano Municipal de Cultura;
- V – Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - Fundo Municipal de Cultura
- VI – Programas de Capacitação e Formação na Área da Cultura
- VII – Sistema Municipal de Informações Culturais – SMIC.

Parágrafo Único: O Sistema Municipal de Informações Culturais – SMIC deverá estar articulado com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais, em especial da Educação, do Turismo, do Desenvolvimento Social e do Meio Ambiente, entre outros.

### **Subseção I**

#### **Da Coordenação**





## MUNICÍPIO DE MONTEIRO LOBATO

### ESTADO DE SÃO PAULO

**Art. 8º.** A Coordenação e gestão do Sistema Municipal de Cultura – SMC compete à Secretaria Municipal de Cultura, órgão oficial responsável por planejar e executar políticas públicas:

- I – Exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura - SMC;
- II – Promover a integração do Município aos Sistemas Nacional e Estadual de cultura, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão;
- III – Implementar as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas nas instâncias de articulação, pactuação e deliberação;
- IV – Implementar as pactuações acordadas na Comissão aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC e pelo Conselho Estadual de Política Cultural – CNPC;
- V – Emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural;
- VI – Colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura e do Sistema Estadual de Cultura, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;
- VII – Colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão;
- VIII – Subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicas do Governo Municipal;
- IX – Auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;
- X – Colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, na implementação de Programas de Capacitação e Formação na Área da Cultura;
- XI – Organizar as atividades do calendário cultural da cidade, realização ou apoio a eventos e projetos culturais, desenvolvimento de ações culturais em conjunto com outras políticas públicas e prestação de serviços culturais permanentes, assim especificados:
  - a) criação e manutenção de espaços culturais;
  - b) registro, proteção e promoção da memória e do patrimônio cultural;
  - c) apoio à produção, distribuição e consumo de bens culturais;
  - d) incentivo ao livro e à leitura;
  - e) intercâmbio cultural;
  - f) realização de programas socioculturais voltados para públicos específicos: crianças, adolescentes, jovens e idosos, pessoas com deficiência, populações asilares, populações indígenas e afro-brasileiras, entre outros.

**Art. 9º.** O Sistema Municipal de Política Cultural é constituído pelos seguintes entes orgânicos já consolidados, deve ampliar sua atuação e circular as atividades culturais nos bairros, providenciando estrutura para tanto, além de atuar na formação de novos entes:



# MUNICÍPIO DE MONTEIRO LOBATO

## ESTADO DE SÃO PAULO

- I – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
- II – Biblioteca Municipal Ângelo Generoso Auricchio;
- III – Casa de Cultura Nelson Gomes;
- IV – Praça Deputado Antônio Silva Cunha Bueno (Praça de Cima);
- V – Praça Comendador Freire (Praça de Baixo);
- VI – Praça Cônego Antônio Manzi (Bairro do Souza);
- VII – Praça São Benedito (Bairro São Benedito).

### Subseção II

#### Do Conselho Municipal de Política Cultural

**Art. 10º.** Fica instituído o Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, órgão colegiado consultivo e deliberativo, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que se constitui em instância de garantia do exercício dos direitos culturais, de articulação, pactuação e deliberação do Sistema Municipal de Política Cultural e do Fundo Municipal de Cultura.

**Art. 11.** São atribuições do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC:

I – O Conselho Municipal de Política Cultural tem como principal atribuição atuar com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura, acompanhar a execução, propor, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de cultura consolidadas no Plano Municipal de Cultura:

- a) acompanhar e assessorar nas diretrizes gerais e normas referentes às Políticas Públicas para o desenvolvimento da Cultura, junto à Secretaria de Cultura e Turismo do município;
- b) colaborar na implementação das ações acordadas nas instâncias de pactuação e de articulação, tanto municipais, estaduais quanto nacionais;
- c) apresentar, elaborar, discutir e dar parecer sobre ações e projetos que tratam do desenvolvimento da cultura;
- d) aprovar as diretrizes do Plano Municipal de Cultura, bem como acompanhar seu planejamento e execução;
- e) incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;
- f) incentivar, apoiar e acompanhar a criação e o funcionamento de espaços culturais, de iniciativa de associações de moradores ou de outros grupos organizados, estimulando a busca de parcerias com o poder público e a iniciativa privada;
- g) estimular a descentralização cultural do município, por meio de rede de colaboração ou estratégias de comunicação, visando a ampliação da informação.
- h) opinar sobre o Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC, quando implementado;
- i) colaborar nas diretrizes orçamentárias da área da Cultura;
- j) acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos, bem como aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal de Cultura.

**Art. 12.** O CMPC será composto por 12 (doze) membros titulares e 12 (doze) suplentes, sendo:





# MUNICÍPIO DE MONTEIRO LOBATO

## ESTADO DE SÃO PAULO

§ 1º. Os membros integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural indicados pelo Poder Público dos seguintes órgãos e entidades (titular e suplente):

- I – Um representante da Secretaria Municipal de Administração;
- II – Um representante a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
- III – Um representante da Secretaria de Municipal de Desenvolvimento Social;
- IV – Um representante da Secretaria de Municipal de Educação;
- V – Um representante da Secretaria de Finanças.

§ 2º. Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural de Monteiro Lobato, que representam a sociedade civil, são eleitos democraticamente pelos respectivos segmentos (um titular e um suplente):

- I – Um representante do segmento Artesanato e Artes Plásticas;
- II – Um representante do segmento Artes Cênicas;
- III – Um representante do segmento Música;
- IV - Um representante do segmento de Culturas Tradicionais;
- V – Um representante do segmento Livro e Literatura;
- VI – Um representante do segmento Audiovisual;
- VII – Um representante do segmento do Patrimônio Histórico Material e Imaterial.

§ 3º. O CMPC elegerá, entre seus membros, o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário, com os respectivos suplentes;

§ 4º. O desempenho da função de membro do CMPC será gratuito e considerado de relevância para o Município.

§ 5º. É vedada a representação de cadeira da sociedade civil por cidadãos e cidadãos que exerçam cargos comissionados junto ao Poder Público, em qualquer esfera;

**Art. 13.** As reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC serão realizadas mensalmente, e as reuniões extraordinárias, serão realizadas quando necessário, em sessões abertas ao público.

§ 1º. O mandato de cada membro do Conselho Municipal de Política Cultural, terá duração de dois (2) anos, permitida 1 (uma) recondução por igual período.

§ 2º. Ocorrendo vaga no Conselho Municipal de Política Cultural – será empossado o respectivo suplente, que completará o mandato.

§ 3º. Necessitando um conselheiro se afastar por prazo superior a três (3) meses, na falta do suplente respectivo, será solicitado ao segmento representado um substituto, enquanto durar o respectivo impedimento.

**Art. 14.** Compete aos membros do CMPC:

- a) Elaborar seu regimento a ser aprovado pelo Executivo Municipal;



# MUNICÍPIO DE MONTEIRO LOBATO

## ESTADO DE SÃO PAULO

- b) Incentivar e orientar o desenvolvimento da Cultura no Município e potencializar as diferentes culturas.
- c) Auxiliar na formulação das diretrizes básicas de uma Política Municipal de Cultura;
- d) Promover e divulgar as atividades ligadas à Cultura;
- e) Contribuir na definição das Políticas Culturais do Município, em conjunto com as demais Secretarias;
- f) Propor políticas de geração, captação e alocação de recursos para as ações culturais;
- g) Promover e realizar amplos debates sobre atividades culturais do Município;
- h) Colaborar na articulação das ações entre os organismos públicos e privados das áreas de Cultura;
- i) Exercer as atribuições que lhe forem delegadas.

### Seção IV

#### Da Conferência Municipal de Cultura:

**Art. 15.** A Conferência Municipal de Cultura – CMC constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre a Administração Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de Cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura – PMC.

**§ 1º.** É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura – CMC analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura – PMC e às respectivas revisões ou adequações.

**§ 2º.** Cabe à Secretaria Municipal de Cultura convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura, que se reunirá ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC. A data de realização da Conferência Municipal de Cultura – CMC deverá estar de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

**§ 3º.** Para a realização da Conferência Municipal deverá ser composto um comitê organizador com a participação de, pelo menos, dois representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural, o qual definirá os eixos temáticos, a dinâmica de aprovação de propostas, dos representantes indicados para a etapa estadual e demais contribuições, produzindo um relatório final com base em tais resultados.

## CAPITULO II

### DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

#### Seção I





# MUNICÍPIO DE MONTEIRO LOBATO

## ESTADO DE SÃO PAULO

### Disposições Gerais

**Art. 16.** Constituem instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Política Cultural – SMPC:

- I – Plano Municipal de Cultura – PMC;
- II – Sistema Municipal de Informações Culturais – SMIC;
- III – Programas de Capacitação e Formação na Área da Cultura – PROMFAC;
- IV – Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC.

Parágrafo único: os instrumentos de gestão do SMC se caracterizam como ferramentas de planejamento e de qualificação dos recursos humanos.

### Seção II

#### Plano Municipal da Cultura

**Art. 17.** O Plano Municipal de Cultura – PMC tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Política Cultural – SMPC.

**Art. 18.** A elaboração do Plano Municipal de Cultura – PMC é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, deve incluir pesquisa, uma audiência pública e diretrizes a partir dos resultados das Conferências Municipais de Cultura.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Cultura será instituído através de lei, cujo projeto deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

**Art. 19.** O Plano Municipal de Cultura conterá:

- I – Diagnóstico do desenvolvimento da cultura;
- II – Diretrizes e prioridades;
- III – Objetivos gerais e específicos;
- IV – Estratégias, metas e ações;
- V – Prazos de execução;
- VI – Resultados e impactos esperados;
- VII – Recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
- VIII – Mecanismos e fontes de financiamento;
- IX – Indicadores de monitoramento e avaliação.

### Seção III

#### Sistema Municipal de Informações Culturais

**Art. 20.** O Sistema Municipal de Informações Culturais – SMIC será instituído pela Secretaria Municipal da Cultura, com a finalidade de gerar informações e estatísticas



## MUNICÍPIO DE MONTEIRO LOBATO

### ESTADO DE SÃO PAULO

da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados em âmbito municipal.

**§ 1º.** O SMIC é constituído de Plataforma Web, com bancos de dados referentes a bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público e integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

**§ 2º.** O processo de estruturação do SMIC terá como referência o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC.

**Art. 21.** O SMIC tem como objetivos:

I – Coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do Plano Municipal de Cultura e sua revisão nos prazos previstos.

II – Disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados, no âmbito do Município.

III – Exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do Plano Municipal de Cultura.

**Art. 22.** Ao Sistema Municipal de Informações Culturais compete:

I – Fazer levantamentos para a realização de mapeamentos culturais para conhecimento da diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

II – Desenvolver uma base de dados consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que contribuam para a gestão das políticas públicas e para fomentar estudos e pesquisas na área.

Parágrafo único. Os dados do SMIC deverão ser disponibilizados em formato impresso e digital para conhecimento do público em geral.

**Art. 23.** O SMIC poderá ser organizado de acordo com as seguintes áreas temáticas:

I – Arte/Cultura;

a) artes visuais;

b) música;

c) artesanato e artes aplicadas;

d) artes cênicas (circo, danças, teatro, atividades performáticas);

e) literatura;

f) audiovisual;





# MUNICÍPIO DE MONTEIRO LOBATO

## ESTADO DE SÃO PAULO

- g) culturas populares;
- h) carnaval;
- i) capoeira;
- j) artes gráficas;
- k) agente cultural;
- l) produtor cultural.

### II – Patrimônio Cultural:

- a) tradições populares;
- b) arquivos, museus, salas de memória, centros culturais e coleções particulares;
- c) historiografia, incluindo produções de antropologia, geografia, sociologia, entre outros;
- d) patrimônio material;
- e) patrimônio imaterial;
- f) movimentos sociais;
- g) cidadãos.

**Art. 24.** Podem se cadastrar no SMIC:

I – Pessoas físicas, residentes no Município de Monteiro Lobato, com comprovada atuação na área cultural;

II – Agentes culturais comprovadamente atuantes no município, residentes em outras cidades, estados e países que desenvolvam projetos culturais em prol do Município de Monteiro Lobato;

III – Pessoas jurídicas legalmente registradas, localizadas e atuantes na área cultural em Monteiro Lobato há, no mínimo, 2 (dois) anos;

IV – Teatros, salas de cinema, centros culturais, museus, casas de memória, academias ligadas à área de cultura, espaços que comprovem atuação cultural, bens tombados, casas de leitura e escrita, bibliotecas, “sebos”, acervos, escolas de arte, locais de interesse turístico, galerias de arte, pontos de exposição e comercialização de artesanato, praças e outros que identifiquem afinidade com a cultura.

Parágrafo Único. Pessoas físicas ou jurídicas poderão se cadastrar em mais de uma área ou segmento.

## Seção IV

### Programas de Capacitação e Formação na Área da Cultura

**Art. 25.** Compete à Secretaria Municipal de Cultura elaborar, regulamentar e implementar os Programas de Capacitação e Formação na Área da Cultura - PROMFAC, em articulação com os demais entes federados e parceria com as secretarias de Educação, de Esportes, Turismo, Desenvolvimento Social, e instituições educacionais, como principal objetivo ofertar formações em linguagens diversas para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Respeitando a diversidade e inclusão social na busca de ampliar a participação social e sua integração, por meio da cultura.



# MUNICÍPIO DE MONTEIRO LOBATO

## ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo Único. Poderá, conforme necessidade, capacitar os gestores públicos, do setor privado e conselheiros de cultura, responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas de cultura, no âmbito do Sistema Municipal de Cultura.

**Art. 26.** Programas de Capacitação e Formação na Área da Cultura tem como objetivos:

I – Articular e integrar os equipamentos educacionais e a política educacional ao ensino das linguagens artístico-culturais.

II – A formação de agentes culturais nas áreas técnicas e artísticas.

III – Incentivar a inserção de jovens nos ofícios da arte e da cultura, reconhecidos seus direitos, oferecendo informações para os diversos conteúdos, palestras, seminários, oficinas, cursos e aulas, com vistas a ampliar oportunidades para ingresso ao mercado de trabalho.

IV – A qualificação técnico-administrativa e capacitação em política cultural dos agentes envolvidos na formulação e na gestão de programas, projetos e serviços culturais oferecidos à população.

### Seção V

#### Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC

**Art. 27.** O Sistema Municipal de Política Cultural será financiado, no âmbito do Município de Monteiro Lobato, através dos seguintes mecanismos:

I – Orçamento Público do Município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA)

II – Fundo Municipal de Cultura, definido nesta lei;

III – Instituir o Programa Municipal de Incentivo Fiscal à Cultura (por meio de renúncia fiscal do IPTU e do ISS), conforme lei específica; e

IV – Outros que venham a ser criados.

**§1º.** Os programas, as ações, os projetos e as atividades da área da cultura constarão nas leis orçamentárias.

**§2º.** O Poder Executivo preverá dotação orçamentária específica para o custeio das despesas de manutenção da Secretaria Municipal de Cultura, e do Conselho Municipal de Política Cultural, bem como para a implantação dos instrumentos de gestão da Política Municipal de Cultura, previstos no Art.7 desta Lei.

### Subseção I

#### Do Fundo Municipal de Cultura – FMC

**Art. 28.** Fica instituído o Fundo Municipal de Cultura, com CNPJ próprio, cujo objetivo de promover a economia da cultura e fomentar a criação, produção, formação, circulação e memória artístico-cultural, custeando total ou parcialmente projetos e





## MUNICÍPIO DE MONTEIRO LOBATO

### ESTADO DE SÃO PAULO

atividades culturais de iniciativa de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.

§ 1º. O Fundo Municipal de Cultura é vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, competindo-lhe prover os meios necessários à sua operacionalização.

§ 2º. O gestor e ordenador de despesas do Fundo Municipal de Cultura é o Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 3º. A fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura será exercida pelo Conselho Municipal da Cultura.

**Art. 29.** O Fundo Municipal de Cultura – FMC se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com o objetivo de promover a economia da cultura e fomentar a criação, produção, formação, circulação e memória artístico-cultural, custeando total ou parcialmente projetos e atividades culturais de iniciativa de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.

§ 1º - As deliberações referentes aos projetos e a fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura será exercida pelo Conselho Municipal da Cultura.

**Art. 30.** São recursos do Fundo Municipal da Cultura:

- I – Os constantes na Lei Orçamentária Anual e créditos adicionais;
- II – Os provenientes de doações, contribuições ou legados recebidos de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas;
- III – Os provenientes de operações de crédito interno e externo firmados pelo Município e destinados ao Fundo;
- IV – Subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;
- V – Os provenientes de transferências federais e/ou estaduais;
- VI – Os rendimentos das aplicações financeiras de suas disponibilidades;
- VII – Retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do fundo;
- VIII – Receitas oriundas de multas ou de preços públicos destinadas ao fundo;
- IX – Valores relativos à cessão de direitos autorais e à venda de livros ou outros produtos patrocinados, editados ou coeditados pela Secretaria Municipal da Cultura;
- X – Resultado da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artísticos e promoções, produtos e serviços de caráter cultural;
- XI – Saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos oriundos de transferências voluntárias ou legais, quando autorizados nos respectivos instrumentos;
- XII – Outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

**Art. 31.** Os recursos do FMC serão aplicados para:



## MUNICÍPIO DE MONTEIRO LOBATO

### ESTADO DE SÃO PAULO

I – Dar apoio financeiro a ações e projetos que visem à criação, à produção, à preservação e à divulgação de bens e manifestações culturais no Município;

II – Estimular o desenvolvimento cultural do Município;

III – Apoiar as ações de manutenção, conservação, recuperação e difusão do patrimônio cultural, material e imaterial, do Município;

IV – Incentivar a pesquisa e a divulgação do conhecimento sobre a cultura e as linguagens artísticas, preferencialmente conectadas à produção artística;

V – Incentivar o aperfeiçoamento de artistas, técnicos e gestores das diversas áreas de expressão da cultura;

VI – Promover o intercâmbio e a circulação de bens e atividades culturais com outros Municípios, Estados e países, difundindo a cultura local.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo fixará o montante dos recursos orçamentários destinado ao FMC em cada exercício financeiro e os limites mensais e anuais de contribuições que poderão ser deduzidos pelos patrocinadores contribuintes do ISSQN do imposto apurado mensalmente.

**Art. 32.** O regulamento do Fundo Municipal de Cultura, aprovado pelo Chefe do Poder Executivo, definirá:

I – As áreas de enquadramento dos projetos e atividades que poderão ser custeados pelo Fundo Municipal de Cultura;

II – Os limites de financiamento;

III – Os meios e critérios de acesso e seleção de projetos e atividades;

IV – As formas de prestação de contas.

§ 1º. O regulamento do Fundo Municipal de Cultura deverá ser previamente avaliado pelo Conselho Municipal de Política Cultural.

§ 2º. A Contadoria Municipal manterá os controles contábeis e financeiros de movimentação dos recursos do Fundo, observado o previsto na Lei Federal nº 4.320/64, fazendo, também, a tomada de contas dos recursos aplicados. E apresentará, semestralmente, ao Conselho Municipal de Política Cultural, os balancetes que demonstrem o movimento do Fundo, bem como prestará esclarecimentos sempre que solicitados.

§ 3º. Ao final do exercício, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo prestará contas da aplicação dos recursos do Fundo ao Conselho Municipal da Cultura, o qual emitirá o seu parecer, encaminhando-o ao Secretário Municipal de Cultura e Turismo para os devidos fins.

§ 4º. Os recursos do Fundo serão depositados em conta especial, em estabelecimento oficial de crédito, no Município.

**Art. 33.** O FMC apoiará projetos culturais por meio de incentivos não reembolsáveis, na forma do regulamento, que poderão ter como beneficiários pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, assim como grupos ou coletivos sem constituição jurídica, de natureza ou





## MUNICÍPIO DE MONTEIRO LOBATO

### ESTADO DE SÃO PAULO

finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades, reconhecidos como pontos de cultura, a serem selecionados na forma da legislação aplicável.

**§ 1º.** Poderá ser dispensada a contrapartida do proponente no âmbito de programas setoriais definidos pela Conselho Municipal de Política Cultural.

**§ 2º.** Nos casos em que a contrapartida for exigida, o proponente deverá comprovar que dispõe de recursos financeiros ou de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis, para complementar o montante aportado pelo FMC, ou que está assegurada a obtenção de financiamento por outra fonte.

**§ 3º.** A transferência financeira dá-se mediante depósito em conta corrente vinculada ao projeto.

**Art. 34.** Nos projetos apoiados pelo FMC constará expressamente o apoio institucional do Município de Monteiro Lobato.

**Art. 35.** Os projetos concorrentes ao financiamento pelo FMC devem ter como seu local de produção, promoção e execução o Município de Monteiro Lobato.

**Art. 36.** As pessoas físicas, jurídicas ou pontos de cultura recebedores de recursos do Fundo prestarão contas dos valores recebidos no prazo e forma estabelecidos na legislação pertinente, sob nada de aplicação das sanções correspondentes.

**Art. 37.** Em caso de impedimento do proponente, durante a execução do projeto, a Secretaria Municipal de Cultura pode assumir ou indicar outro executor, para garantir a viabilidade do projeto, salvaguardadas as questões de direitos autorais.

**Art. 38.** Na quitação da pendência, o proponente poderá, à critério da Secretaria Municipal de Cultura, ser reabilitado e, se houver reincidência da inadimplência no período de 2 anos, será excluído, pelo prazo de 1 ano, como proponente beneficiário do Fundo, bem como de outros mecanismos municipais de financiamento à cultura.

**Art. 39.** Fica autorizada a composição financeira de recursos do FMC com recursos de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, com fins lucrativos, para apoio compartilhado de programas, projetos e ações culturais de interesse estratégico, para o desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura.

**Art. 40.** A execução orçamentária dos recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura será submetida ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

**Art. 41.** O Município tornará públicos os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.



# MUNICÍPIO DE MONTEIRO LOBATO

## ESTADO DE SÃO PAULO

### Capítulo III

#### Das Disposições Finais

**Art. 42.** É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando o interesse público e o respeito à diversidade cultural.


**Art. 43.** Caberá às unidades integrantes do Sistema Municipal de Política Cultural prover os meios necessários ao desenvolvimento de programas de capacitação de profissionais através de cursos, oficinas, palestras, debates e atividades similares.

**Art. 44.** O Município de Monteiro Lobato integra o Sistema Nacional de Cultura – SNC por meio da assinatura do Termo de Adesão, conforme previsto na Lei nº 12.343/2010.

**Art. 45.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias. O Poder Executivo Municipal promoverá no orçamento vigente as alterações que se fizerem necessárias.

**Art. 46.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monteiro Lobato, 22 de dezembro de 2025



**EDMAR JOSÉ DE ARAUJO**  
Prefeito do Município de Monteiro Lobato

Publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município e afixado em local próprio e de costume desta Prefeitura, data supra.



**AMAURY DONIZETE DA SILVA**  
Secretário de Administração